

OS DIFERENTES POSICIONAMENTOS CRÍTICOS DIANTE DAS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA IMPULSIONAR A INDÚSTRIA DE BENS DE INFORMÁTICA NAS DÉCADAS DE 70 E 80

Diogo Bezerra Borges, Joanita Araújo Espanhol



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n6p914-929>

Artigo recebido em 20 de Junho e publicado em 20 de Agosto de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A década de 1970 marcou o fim do Milagre Econômico e o início do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Nesse período, o governo brasileiro iniciou uma variedade de ações com o propósito de conter uma crise da dívida externa que impactou drasticamente as contas nacionais (Lacerda, 2010). No que tange ao setor industrial, ainda permaneciam gargalos produtivos que dificultavam o processo de informatização no Brasil. Até então, o país não dispunha de um parque industrial, composto por fabricantes de computadores e de periféricos, que pudessem suprir a demanda nacional. Consequentemente, o processo de informatização se daria pela importação de equipamentos, em um contexto de crise na balança comercial (Cardi, 2002). Nesse período, as autoridades governamentais optaram pela implementação de uma série de medidas para impulsionar a indústria de bens de informática no Brasil, entre elas, a controversa reserva de mercado. Ressalta-se que as decisões estabelecidas não se limitaram ao conjunto de tecnocratas presentes nas esferas governamentais, pois envolveram a participação de diferentes atores institucionais (Iachan, 2015). Diante desse contexto, visou-se identificar os diferentes posicionamentos críticos de atores relevantes que, possivelmente, influenciaram a elaboração da I Política Nacional de Informática. Para tanto, buscou-se, na presente pesquisa, resgatar, em matérias de jornais e revistas publicadas entre 1978 e 1984, os argumentos favoráveis e contrários às medidas de restrição de importação, assim como as demais ações necessárias para impulsionar o setor de bens de informática. Dentre os resultados, constatou-se a defesa da Reserva de Mercado por parte dos fabricantes de bens de informática, em contraponto às críticas apresentadas pelas multinacionais e entidades representativas de usuários de tecnologia. Por outro lado, verificou-se posicionamentos convergentes e complementares em relação às demais ações necessárias para assegurar a capacidade de inovação tecnológica, tais como: (1) Disponibilidade de fomento público às atividades de pesquisa e desenvolvimento; (2) Cooperações tecnológicas entre empresas e

universidades; (3) Formação de recursos humanos e outras.

Palavras-chave: política de informática; reserva de mercado; capacidade de inovação tecnológica.

THE VARIOUS CRITICAL PERSPECTIVES ON THE ACTIONS NEEDED TO BOOST THE COMPUTER HARDWARE INDUSTRY IN THE 1970s AND 1980s

ABSTRACT

The 1970s marked the end of the Economic Miracle and the beginning of the Second National Development Plan. During this period, the Brazilian government launched a variety of initiatives aimed at containing a foreign debt crisis that had a drastic impact on the national accounts (Lacerda, 2010). As for the industrial sector, production bottlenecks still persisted, hindering the computerization process in Brazil. Until then, the country lacked an industrial base—comprising manufacturers of computers and peripherals—capable of meeting domestic demand. Consequently, the computerization process would rely on imported equipment, against the backdrop of a trade deficit crisis (Cardi, 2002). During this period, government authorities opted to implement a series of measures to boost the IT hardware industry in Brazil, including the controversial market reserve policy. It should be noted that the decisions made were not limited to the group of technocrats within government circles, as they involved the participation of various institutional actors (Iachan, 2015). Given this context, the aim was to identify the different critical positions taken by relevant actors who may have influenced the drafting of the First National Information Technology Policy. To this end, this study sought to identify, in newspaper and magazine articles published between 1978 and 1984, the arguments for and against import restriction measures, as well as other actions necessary to boost the computer hardware sector. Among the findings was the support for market reserve policies expressed by computer hardware manufacturers, in contrast to the criticisms raised by multinational corporations and organizations representing technology users. On the other hand, convergent and complementary positions were observed regarding the other actions necessary to ensure technological innovation capacity, such as: (1) availability of public funding for research and development activities; (2) technological cooperation between companies and universities; (3) training of human resources; and others.

Keywords: information technology policy; market reserve; capacity for technological innovation.

1. Diogo Bezerra Borges, doutorando em Administração de Empresas, Fundação Capixaba de Pesquisa FUCAPE Business School. E-mail: diogobb@gmail.com
2. Joanita Araújo Espanhol, doutoranda em Administração de Empresas, Fundação Capixaba de Pesquisa FUCAPE Business School. E-mail: joanita@ifes.edu.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

Em 1955, surgia no Brasil a experiência de planejamento estatal, consubstanciada no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Para implementá-lo, buscou-se utilizar técnicas de planejamento que sintetizassem sua proposta política de desenvolvimento industrial acelerado (Lacerda *et al.*, 2010). Nesse período, a utilização de computadores eletrônicos ganhou relevância no processo de gestão da política governamental. No âmbito do Conselho de Desenvolvimento Nacional, criou-se um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar a aplicação desses equipamentos nos cálculos orçamentários e no controle da distribuição de verbas governamentais. Até então, não existia qualquer indústria desse bem no Brasil. Consequentemente, o processo de informatização se daria pela importação de equipamentos provenientes de países com capitalismo avançado (Cardi, 2002).

Na década de 1970, a informática ganhou relevância entre outros atores institucionais. No campo militar, surgia a necessidade de se estabelecer o suporte necessário à produção, adaptação e manutenção dos equipamentos eletrônicos presentes nas fragatas inglesas adquiridas pela Marinha do Brasil. No âmbito acadêmico, reforçava-se a necessidade de estabelecer uma base de competência técnica para a constituição da indústria nacional de computadores. Na área econômica, o contexto exigia medidas que aumentassem o nível de autonomia tecnológica, pois os bens de informática representavam o terceiro item na pauta de importações de produtos manufaturados. (CGEE, 2020).

Nesse período, as autoridades econômicas interviram fortemente no mercado, a fim de restringir as importações por meio de medidas não tarifárias (Lacerda *et al.*, 2020). No caso dos bens de informática, o governo adotava tais medidas desde a década de 1970 com o objetivo de estimular o surgimento da indústria nacional (CGEE, 2020). Posteriormente, instituiu-se a I Política Nacional de Informática, por meio da Lei n.º 7.232/84, que elencou um conjunto de instrumentos diferentes para impulsionar a capacidade de inovação do país. Entre eles, manteve-se o controverso controle das importações de bens e serviços de informática.

Torna-se relevante destacar que a manutenção das medidas de restrição às

importações e o estabelecimento dos demais instrumentos mencionados na política não ocorreram por meio de um simples conjunto de decisões tecnocráticas, mas sim por uma visão compartilhada proveniente de diferentes atores que necessitavam desenvolver sua capacidade tecnológica na área da informática (Iachan, 2015). Nesse contexto de crise econômica e de forte influência do setor produtivo nas definições políticas, buscou-se resgatar, por meio de matérias publicadas em jornais e revistas entre 1978 e 1984, os diferentes posicionamentos críticos de diretores, presidentes de empresas públicas e privadas, representantes do setor empresarial e usuários de produtos e serviços de tecnologia da informação.

Com base na presente pesquisa, foi possível identificar os argumentos favoráveis e contrários à manutenção da Reserva de Mercado, bem como outros fatores críticos necessários para assegurar a capacidade de inovação tecnológica do país. Constatou-se, entre os resultados, que fabricantes de bens de informática defendem a reserva de Mercado, enquanto as empresas multinacionais localizadas no país a criticam. Por outro lado, entre eles, verificou-se posicionamentos convergentes e complementares em relação aos demais fatores críticos necessários para assegurar a capacidade de inovação tecnológica. Por fim, espera-se que o presente artigo contribua para futuras pesquisas sobre a mesma temática.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória que buscou obter informações, a fim de resgatar o posicionamento crítico de diversos atores relevantes sobre os resultados e os benefícios das medidas de restrição à importação de bens de informática já instituídas anteriormente, bem como de outras ações necessárias para impulsionar a capacidade tecnológica do país. Para tanto, empregou-se as palavras-chave “reserva de mercado” e “informática” com o propósito de coletar matérias de jornais e revistas na Plataforma Hemeroteca Digital. Quanto ao período, as publicações analisadas foram as ocorridas entre 1978 e 1984.

Concluído o processo de busca na Plataforma Hemeroteca e a leitura de matérias de jornais e revistas, foi possível identificar uma variedade de entrevistas e depoimentos de diretores e presidentes de empresas públicas e privadas, representantes do setor empresarial e usuários de produtos e serviços de tecnologia da informação, conforme

demonstrado na Tabela 1. De posse dessas informações, buscou-se segmentá-las em três categorias de análise, sendo elas: (1) argumentos contrários e favoráveis à Reserva de Mercado; (2) resultados e externalidades positivas e negativas advindos da Reserva de Mercado; (3) fatores críticos para assegurar a capacidade de inovação tecnológica.

Tabela 1 – Informações dos atores institucionais

Nome	Cargo	Instituição	Entidade jurídica
Sr. Ivan Costa Marques	Diretor	Digibrás	Empresa privada
Sr. Paulo Busnardo	Diretor	Celepar	Empresa pública
Sr. Fernando Salles	Diretor	Data G. Corporation	Multinacional estrangeira
Sr. Amador Aguiar	Ex-Presidente	Bradesco	Empresa privada
Sr. João Carlos Mello	Representante	J.C. Mello Indústria	Empresa privada
Sr. Raymundo de Oliveira	Representante	Promon	Empresa privada
Sr. José Dion	Presidente	Serpro	Empresa pública
Sr. Giovanni Farina	Presidente	Abicom	Ent. representativa do setor empresarial
Sr. Édson Fregni	Presidente	Abicom	Ent. representativa do setor empresarial
Sr. Carlos Augusto	Presidente	Cobra S/A	Empresa pública
Sr. Luiz Vieira	Presidente	Fiergs	Ent. representativa do setor empresarial
Sr. Robeli Líbero	Presidente	IBM Brasil	Multinacional estrangeira
Sr. Olavo Setúbal	Presidente	Itaú	Empresa privada
Sr. Antônio Didier	Presidente	Microlab	Empresa privada
Sr. Helmut Vervuert	Presidente	Siemens	Multinacional estrangeira
Sr. Sansão Woiler	Presidente	Sucesu	Ent. representativa de usuários

Fonte: elaborada pelos autores (2026).

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A adoção da reserva de mercado para bens e serviços de informática, nas décadas de 1970 e 1980, foi um dos temas mais controversos no âmbito das políticas industriais e tecnológicas do país. Destaca-se que o processo decisório não ocorreu por meio de um simples conjunto de resoluções tecnoburocráticas tomadas unilateralmente por órgãos governamentais, mas sim por um processo paulatino de construção no qual diversos atores participaram. Naquele período, ocorreu um processo de convencimento, no qual determinados agentes, gradualmente, removeram obstáculos para a aceitação de uma política industrial baseada na reserva de mercado. Especialistas da área, representantes de instituições profissionais e a comunidade acadêmica compunham o grupo de defensores (Iachan, 2015).

Os resultados da presente pesquisa também revelaram que, majoritariamente, os fabricantes nacionais de bens e serviços de informática defenderam a manutenção da reserva de mercado. Em defesa dessas medidas, o Sr. Ivan Marques Costa, diretor da Digibrás, mencionou que essa política evitou a cartelização e impediu a competição direta com as multinacionais, que detêm a maior parte das tecnologias. Já para João

Carlos Mello, empresário proprietário da J.C. Mello Indústria, os mecanismos de proteção eram quase ineficazes, sendo necessário fechar totalmente o mercado brasileiro de micros, minis e médios computadores (Fórum..., 1978).

A extensão da reserva de mercado para os fabricantes de computadores de médio porte, a exemplo do que foi feito aos minicomputadores, também foi defendida pelo Sr. José Dion, presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro. Como argumento, ele mencionou que as multinacionais não deveriam atuar em nichos de mercado capazes de prejudicar a indústria brasileira (Dion..., 1979). Quanto ao mercado nacional, o diretor da Celepar, Sr. Paulo Busnardo, afirmou que a medida pareceu correta, devido ao potencial do mercado no segmento de minicomputadores e à maior facilidade de absorção tecnológica. Porém, ele alertou para o ônus repassado ao consumidor (Diretor..., 1980).

A assimilação de tecnologia também foi destacada pelo presidente do Itaú, Sr. Olavo Setubal. Ele mencionou que a capacidade de inovação dificilmente seria transferida para o Brasil. Também afirmou que o desenvolvimento econômico jamais foi uniforme e linear, o que justificaria a interferência estatal sempre que houver necessidade (Setúbal..., 1983). Por outro lado, o Sr. Helmut Vervuert, presidente da Siemens S.A., manifestou-se contrário à reserva de mercado. Ele mencionou que tal política isolaria o país do resto do mundo, especialmente no que se refere à transferência de tecnologia (É preciso..., 1984).

O presidente da Sociedade Brasileira de Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários – Sucesu, Sr. Sansão Woiler, manifestou-se contrário à reserva de mercado. Ele afirmou que há formas mais eficientes de proteger as empresas nacionais. Como exemplo, citou o aumento das taxas de importação (Hiato..., 1979). Em complemento, o Sr. Fernando Salles, diretor da Data General Corporation, fabricante de computadores, defendeu uma reserva de mercado temporária, que deveria ser finalizada assim que a capacidade das empresas ultrapassasse as barreiras típicas da indústria de minicomputadores (Micros..., 1984).

Tabela 2 – Argumentos contrários e favoráveis à reserva de mercado

Data	Periódico	Nome	Cargo	Posicionamento Crítico
25/10/1978	Jornal do Commercio	Sr.Ivan C. Marques	Diretor da Digibrás	Favorável
25/10/1978	Jornal do Commercio	Sr.João C. Mello	Pres. da J.C Mello	Favorável

28/07/1979	Jornal do Brasil	Sr. José Dion	Presidente do Serpro	Favorável
13/10/1979	Jornal do Brasil	Sr. Sansão Woiler	Presidente da Sucesu	Contrário
22/10/1980	Diário do Paraná	Sr. Paulo Busnardo	Diretor da Celepar	Favorável, com ressalvas
09/10/1983	Luta Democrática	Sr. Olavo Setúbal	Presidente do Itaú	Favorável
20/01/1984	Última Hora	Sr. Helmut Vervuert	Presidente Siemens	Contrário
05/11/1984	Última Hora	Sr. Fernando Salles	Dir. da Data General	Favorável, com ressalvas

Fonte: elaborada pelos autores (2026).

Em relação aos resultados e às externalidades provenientes da reserva de mercado, foram feitas menções positivas e negativas. Por exemplo, o presidente da Microlab, Sr. Didier, citou o fortalecimento da indústria nacional (Didier..., 1979), enquanto o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - Fiergs, Sr. Luiz Vieira, ressaltou a criação de 42 novas empresas e 5 mil empregos diretos em seu Estado. Ele também destacou como positiva a prioridade dada à tecnologia nacional, que contribui para a melhoria da competência técnica, empresarial e gerencial no setor de tecnologia avançada (Informática..., 1984).

A entrevista concedida pelo presidente da empresa Computadores Brasil - Cobra S.A., o Sr. Carlos Augusto, corroborou os respectivos posicionamentos mencionados. Para ele, inúmeras indústrias nascentes surgiram tanto pela proteção da reserva de mercado quanto pelo desenvolvimento tecnológico gerado (Tartaglia; Souza; Bueno..., 1984). Para o Sr. Vicente Paulillo, superintendente da respectiva empresa, a reserva de mercado viabilizou a assimilação tecnológica, a partir da pesquisa universitária e do aproveitamento da experiência empresarial brasileira. Ele ressaltou que, até poucos anos atrás, o mercado brasileiro era dependente das empresas multinacionais (Privatização..., 1980).

Ainda no que tange ao mercado, os argumentos apresentados pelo ex-presidente do Bradesco, Sr. Amador Aguiar, convergem com os posicionamentos favoráveis dos representantes da empresa Cobra S/A. Ele destaca que o país produz, atualmente, uma série de equipamentos similares aos melhores do mundo, inclusive em relação aos fornecidos pela empresa International Business Machines - IBM. Ele destacou ainda que boa parte dos equipamentos da central de computação do Bradesco é nacional, diferentemente do que ocorria em anos anteriores, quando a maioria deles era importada (Deputado..., 1984).

Em complemento, a atuação estatal também foi destacada pelo Sr. Ivan Costa Marques, diretor da Digibrás. Para ele, essa intervenção foi um elemento fundamental para que o país avançasse no desenvolvimento tecnológico. Ainda afirmou que o planejamento governamental, aliado a outras iniciativas independentes, permitiu que o país avançasse, gradativamente, no grau de autonomia tecnológica no setor de processamento da informação, demonstrado por meio dos inúmeros projetos desenvolvidos e produtos nacionais presentes nos terminais, modems e microcomputadores (Digibrás..., 1979).

O posicionamento do Superintendente da Empresa Cobra S/A, Sr. Vicente Paulillo, reforçou as afirmações do diretor da Digibrás. Ele afirma que essa intervenção foi fundamental para que as empresas nacionais do setor, incluindo a própria, não reduzissem os seus investimentos em produtos nacionais. Isso impediu que o mercado nacional voltasse à situação de dependência em relação às multinacionais, sem que houvesse qualquer ação de transferência tecnológica por parte delas (Privatização..., 1980).

Em contraposição, representantes de multinacionais apresentaram argumentos contrários aos dos atores mencionados anteriormente. No que se refere ao avanço da autonomia tecnológica, o diretor da Data General Corporation, Sr. Fernando Salles, afirmou que a indústria brasileira está em defasagem tecnológica, pois os equipamentos continuam sendo comercializados sem grandes inovações. Ele alertou que as indústrias se limitavam ao mercado interno e que os lucros obtidos não eram suficientes para cobrir os investimentos necessários em atividades de pesquisa e desenvolvimento (Micros..., 1984).

Quanto ao mercado brasileiro, o Sr. Helmut Vervuert, presidente da Siemens S.A., fez um alerta às autoridades governamentais. Caso não fosse alterada a atual política de reserva de mercado, a empresa repensaria suas atividades no Brasil, visto que grande parte de sua produção se encontrava ligada ao setor de informática (É Preciso..., 1984). Os problemas enfrentados pelo mercado consumidor diante da ausência de multinacionais no país também foram objeto de crítica por parte do diretor da Data General Corporation, Sr. Fernando Salles. Para ele, altos os preços dos equipamentos no Brasil e a morosidade da indústria prejudicam o atendimento das

necessidades do consumidor (Micros..., 1984).

Os elevados preços impostos ao mercado consumidor, decorrentes da reserva de mercado, também foram alvo de críticas por parte das empresas brasileiras. Paulo Busnardo, diretor da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, alertou que o ônus repassado ao usuário para a implantação da indústria nacional inviabilizava a aquisição desses equipamentos por empresas de pequeno e médio porte, visto que esses constituíam o grande mercado consumidor de minicomputadores (Diretor..., 1980).

Tabela 3 – Externalidades positivas ou negativas advindas da reserva de mercado

Data	Periódicos	Nome	Cargo	Posicionamento Crítico
22/10/1979	Jornal do Brasil	Sr. Antônio Didier	Presidente da Microlab	Ext. positivas
08/12/1979	Jornal do Commercio	Sr. Ivan C. Marques	Diretor da Digibrás	Ext. positivas
22/10/1980	Diário do Paraná	Sr. Paulo Busnardo	Diretor da Celepar	Ext. negativas
01/11/1980	Diário do Paraná	Sr. Vicente Paulillo	Superint. da Cobra	Ext. positivas
20/01/1984	Última Hora	Sr. Helmut Vervuert	Presidente da Siemens	Ext. negativas
19/08/1984	Jornal do Dia	Sr. Luiz Vieira	Presidente da FIERGS	Ext. positivas
05/09/1984	Última Hora	Sr. Amador Aguiar	Ex-Pres. do Bradesco	Ext. positivas
24/10/1984	Revista Pasquim	Sr. Carlos Augusto	Presidente da Cobra	Ext. positivas
05/11/1984	Última Hora	Sr. Fernando Salles	Diretor da Data General	Ext. negativas

Fonte: elaborada pelos autores (2026).

Com relação à capacidade de inovação tecnológica, é relevante destacar que, diferentemente dos pontos discutidos anteriormente, não se verificou posicionamentos divergentes entre os representantes do setor empresarial brasileiro e das empresas multinacionais. As posições críticas identificadas reforçaram a importância e a necessidade de ações direcionadas à formação de recursos humanos, ao estímulo à cooperação tecnológica entre universidades e empresas e à disponibilidade de instrumentos de fomento que assegurassem recursos para atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Para obter êxito nesse processo de capacitação tecnológica, o Sr. Raymundo de Oliveira, representante da Promon, ressaltou a importância das associações de classe em estimular a formação de competência técnica nacional e a absorção de *know-how* (Fórum..., 1978). A participação da academia na formação de recursos humanos foi destacada pelo Sr. Edson Fregni, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos - Abicomp. Ele defendeu a necessária participação da universidade no processo de formação de pessoal, enquanto a indústria atuaria no

desenvolvimento tecnológico (Engenheiro-83..., 1983).

O Presidente da Sucesu, Sr. Sansão Woiler, defendeu a participação de diversos outros atores no processo de formação de recursos humanos no Brasil. Ele afirmou que a informatização da sociedade brasileira exigiria que o governo, empresas nacionais e multinacionais, universidades e entidades ligadas ao setor se responsabilizassem pelo treinamento e desenvolvimento de seus recursos humanos. Além disso, os recursos humanos formados deveriam dispor da capacidade de assegurar o desenvolvimento de tecnologias e de software à realidade nacional (Informática..., 1979).

O Sr. Ivan Marques, diretor da empresa brasileira Digibrás, destacou que a necessidade da formação de recursos humanos também foi um dos pontos críticos essenciais no processo de capacitação tecnológica. Para ele, os investimentos na formação de pessoal realizados pelas diferentes firmas e pelos centros de pesquisa estatais foram cruciais para o desenvolvimento de produtos no mercado nacional (Digibrás..., 1979).

O papel das universidades nesse processo de desenvolvimento tecnológico também foi defendido pelo Sr. José Dion, presidente do Serpro. Para ele, os projetos colaborativos com essas universidades foram essenciais. Como exemplo, citou a parceria entre a Cobra e o Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Dion..., 1979). Em complemento, o presidente da Sucesu, Sr. Sansão Woiler, ressaltou a relevância dos recursos subsidiados pelo governo brasileiro para a viabilização do processo de absorção e de desenvolvimento de tecnologias digitais entre universidades e empresas (Informática..., 1979).

O presidente da Abicomp, Sr. Giovanni Farina, também reivindicou mecanismos para destinar recursos às indústrias e fomentar a pesquisa no setor de informática. Conforme seu relato, os dispêndios com essas atividades ainda eram custeados com recursos das próprias empresas. Ele também ressaltou a importância do envolvimento de outras instituições, como as universidades, para que elas tenham condições de desenvolver tecnologias que estejam num patamar de igualdade em relação aos outros países. Do contrário, o Brasil dificilmente teria condições de acompanhar o ritmo das nações desenvolvidas (Governo..., 1979).

Além disso, o presidente da IBM Brasil, Sr. Robeli Líbero, ressaltou que, nos Estados Unidos e no Japão, o setor de informática necessitou de economia de escala para absorver seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Ele afirmou que a universidade deveria se limitar ao desenvolvimento de protótipos de software e hardware como forma de treinamento, e não como um meio para competir com a indústria privada. Nesse aspecto, mencionou as experiências realizadas pela sua empresa na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ e na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp no desenvolvimento de software (Exportadores..., 1984).

Tabela 4 – Fatores críticos para assegurar a capacidade de inovação tecnológica

Data	Periódicos	Nome	Cargo	Posicionamento Crítico
25/10/1978	Jornal do Comercio	Sr. Raymundo de Oliveira	Representante da Promon	Formação de competência técnica e absorção tecnológica
28/07/1979	Jornal do Brasil	Sr. José Dion	Presidente do Serpro	Cooperação entre universidade e empresa
09/10/1979	Jornal do Comercio	Sr. Sansão Woiler	Presidente da Sucesu	Absorção tecnológica e recursos subsidiados para pesquisa
11/10/1979	Jornal do Brasil	Sr. Giovanni Farina	Presidente da Abicomp	Recursos subsidiados para pesquisa
08/12/1979	Jornal do Comercio	Sr. Ivan Marques	Diretor da Digibrás	Formação de recursos humanos
29/11/1983	A Tribuna	Sr. Édson Fregni	Presidente da Abicomp	Formação de recursos humanos
09/11/1984	Última Hora	Sr. Robeli Líbero	Presidente da IBM Brasil	Cooperação entre universidade e empresa

Fonte: elaborada pelos autores (2026).

4 CONCLUSÃO

As informações trazidas pelo presente levantamento de informações permitiram identificar, por parte do setor empresarial e das entidades representativas de classe, os diversos posicionamentos críticos inerentes às ações governamentais em curso, iniciadas no final da década de 1970, que buscaram estruturar a indústria nacional de bens de informática no Brasil. A pesquisa revelou pontos divergentes no que se refere aos benefícios trazidos pela reserva de mercado, o que gerou divergências relacionadas à manutenção dessa medida por parte do governo.

Entre os dirigentes de empresas nacionais e entidades representativas do setor, verificou-se que, majoritariamente, realizaram a defesa enfática das medidas de restrição de importações. Em relação aos argumentos favoráveis, mencionou-se: (1) a ineficácia de outros mecanismos de proteção; (2) a aquisição de competência técnica e

gerencial, assim como o estabelecimento de novas empresas e empregos no setor; (3) a absorção de tecnologia própria a partir da pesquisa universitária e do aproveitamento da experiência empresarial brasileira; (4) o avanço do grau de autonomia tecnológica e a diminuição da dependência tecnológica; (5) a fabricação de equipamentos similares aos produzidos no mundo.

Quanto aos posicionamentos contrários, citaram-se críticas provenientes de dirigentes de empresas multinacionais com atuação no mercado brasileiro, além de uma entidade representativa do mercado consumidor de produtos tecnológicos. Dentre os argumentos mencionados destacam-se: (1) a permanente defasagem tecnológica por parte das empresas brasileiras fabricantes de bens de informática; (2) as dificuldades na obtenção de investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento; (3) o elevado preço dos equipamentos impostos ao mercado consumidor. Além das respectivas críticas apresentadas, alertou-se para o risco de saída de uma multinacional do mercado brasileiro.

Diferentemente dos posicionamentos críticos anteriores, nos quais se identificaram divergências em relação à manutenção da Reserva de Mercado de bens de informática, verificou-se, no que se refere ao conjunto de medidas necessárias para que o país avançasse no processo de capacitação tecnológica, a presença de concepções convergentes e complementares. Entre as medidas sugeridas, mencionou-se a importância e a necessidade de ações direcionadas à formação de recursos humanos, ao estímulo às cooperações tecnológicas entre universidades e empresas, além da disponibilidade de instrumentos de fomento que assegurassem os recursos necessários às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- CARDI, Marilza de Lourdes. **Evolução da computação no Brasil e sua relação com fatos internacionais**. 2002. 254 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/84366>. Acesso em: 23 fev.2026
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Lei de Informática: resultados, desafios e oportunidades para o setor de TIC no Brasil. v. 1. **Anais do Seminário Resultados da PD&I no Setor Brasileiro de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**. Brasília, DF: CGEE, 2020. Disponível em <https://www.cgee.org.br/w/lei-de-inform%C3%A1tica-resultados-desafios-e-oportunidades-para-o-setor-de-tic-no-brasil-volume->

1-anais-do-semin%C3%A1rio-resultados-da-pd-i-no-setor-brasileiro-de-tecnologia-da-informa%C3%A7%C3%A3o-e-comunica%C3%A7%C3%A3o-tic-. Acesso em 11 abr.2026

DEPUTADO destaca ajuda de Amador. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 5 set. 1984, p. 3. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=%22computa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Bradesco%22%20&pasta=ano%20198&pagfis=126781>. Acesso em: 11 jan. 2026.

DIDIER quer a Secretaria defendendo nacionais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 out. 1979, p. 13. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Didier%20quer%20Secretaria%20defendendo&pasta=ano%20197&pagfis=166743. Acesso em: 11 jan. 2026.

DIGIBRÁS: técnica pobre, mas própria. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 8 dez. 1979, p. 8. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22lv an%20da%20Costa%20Marques%22%20%22planejamento%20governamental%22&pasta=ano%20197&pagfis=69534. Acesso em: 15 abr. 2026.

DION defende reserva. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1979, p. 16. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Di on%20defende%20reserva%22&pasta=ano%20197&pagfis=160693. Acesso em: 10 fev. 2026.

DIRETOR da Celepar abre congresso. **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 out. 1980, 2. caderno, p. 4. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=busnardo%20celepar%20%22reserva%20de%20mercado%22&pasta=ano%20198&pagfis=144014>. Acesso em: 14 jan. 2026.

É preciso definição de regras confiáveis. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1984, p. 6. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=%22atual%20pol%C3%ADtica%20de%20reserva%20de%20mercado%22%20siemens&pasta=ano%20198&pagfis=124238>. Acesso em: 11 jan. 2026.

ENGENHEIRO-83, título outorgado a Édson Fregni. **A Tribuna**, São Paulo, 29 nov. 1983, p. 8. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_06&pesq=%22t%C3%ADtulo%20outorgado%22%20%22%C3%89dson%20Fregni%22&pasta=ano%20198&pagfis=43277. Acesso em: 11 mai. 2026.

FÓRUM debateu a situação das reservas de mercado. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 25 out. 1978, p. 3. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Fo

rum%20debateu%20situa%C3%A7%C3%A3o%22&pasta=ano%20197&pagfis=60105.
Acesso em: 11 fev. 2026.

GOVERNO põe computador na área de segurança nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 out. 1979, p. 20. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%20seguran%C3%A7a%20ABICOMP&pasta=ano%20197&pagfis=165914. Acesso em: 11 jan. 2026.

HIATO tecnológico. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 out. 1979, 1. caderno, p. 19. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Cl audio%20Mammana%22%20%22embratel%22&pasta=ano%20197&pagfis=166031. Acesso em: 21 fev. 2026.

IACHAN, Ana Christina Saraiva. 1977: ano-chave para a história da informática no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE (ESOCITE BR), 6., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: NECSO/UFRJ, 2015. Disponível em: ufrj.br. Acesso em: 01 fev. 2026.

IKEHARA, Hideharu Carlos. A reserva de mercado de informática no Brasil e seus resultados. **Akrópolis**: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, Umuarama, v. 5, n. 18, p. 7-22, 1997. Disponível em:
<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/1694>. Acesso em: 06 fev. 2026.

INDÚSTRIA Meio. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1984, p. 7. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20198&pesq=%22Robeli%20L%C3%ADbero%22%20%22ind%C3%BAstria%20meio%22&pagfis=127803>. Acesso em: 01 fev. 2026.

INFORMÁTICA evolui no Rio Grande do Sul. **Jornal do Dia**, Mato Grosso, 19 ago. 1984, p. 6. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=581577&pesq=%2242%20novas%20empresas%22&pasta=ano%20198&pagfis=4491>. Acesso em: 09 jan. 2026.

INFORMÁTICA pede importação livre. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 9 out. 1979, p. 7. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22In form%C3%A1tica%20pede%20importa%C3%A7%C3%A3o%20livre%22&pasta=ano%20197&pagfis=68201. Acesso em: 03 fev. 2026.

LACERDA, Antônio Corrêa de *et al.* **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAZZEO, Luzia Maria. **A informática no Brasil e o novo paradigma industrial**. 1996. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/items/0e3cd79a-4f32-4098-9437-5d33878d5e13>. Acesso em: 08 jan. 2026.

MICROS são caros e atrasados. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 5 nov. 1984, p. 4.

Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=%22Micros%20s%C3%A3o%20caros%20e%20atrasados%22&pagfis=127690>. Acesso em: 26 fev. 2026.

PRIVATIZAÇÃO da Cobra é uma hipótese inviável. **Diário do Paraná**, Curitiba, 1 nov. 1980, 1. caderno, p. 7. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22reserva%20de%20mercado%22%20inform%C3%A1tica&pasta=ano%20198&pagfis=144147>.

Acesso em: 25 fev. 2026.

SETÚBAL pede política para informática. **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, 9 out. 1983, p. 3. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pesq=%22reserva%20de%20mercado%22%20setubal&pagfis=70641>. Acesso em: 14 fev. 2026.

TARTAGLIA; SOUZA; BUENO. Entrevista com Carlos Augusto de Carvalho, primeiro presidente da Cobra. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 24 out. 1984. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&pesq=%22Carlos%20Augusto%20de%20Carvalho%22&pasta=ano%20198&pagfis=28156>. Acesso em: 11 fev. 2026.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. Brasil: de política de C&T para política de inovação?

Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação. In:

VELHO, Léa; SOUZA-PAULA, Maria Carlota de (org.). **Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação**: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2008. p. 137-174. Disponível em: <https://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-183.pdf#page=138>. Acesso em: 04 fev. 2026.